



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682581 - ES (2021/0233822-4)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PACIENTE : LAUDECI RAMOS DE OLIVEIRA (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LAUDECI RAMOS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Agravado de Execução Penal n. 0003759-12.2020.8.08.0021).

O paciente cumpre a pena total de 27 anos e 4 meses de reclusão pelos seguintes crimes: "1) Processo nº 0001693-66.2013.8.08.0001, ocasião em que foi condenado pela prática do delito previsto no art. 12, da Lei nº 10.826/06, na forma do art. 387, do Código de Processo Penal, à pena de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 62 (sessenta e dois) dias-multa; 2) Processo nº 0115353-17.2008.8.13.0440, ocasião em que foi condenado pela prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal, à pena de 14 (quatorze) anos, a ser cumprida em regime inicial fechado; 3) Processo nº 0001337-21.2013.8.08.0050, ocasião em que foi condenado pela prática do crime disposto no art. 121, §2º, inciso IV, do Código Penal, à pena de 12 (doze) anos, a ser cumprida em regime inicial fechado" (e-STJ fl. 12).

Sustenta a impetrante que a soma das penas de reclusão e de detenção, na espécie, e a consequente fixação do regime fechado, violam os arts. 33, 69 e 76 do Código Penal e o art. 681 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, seja estabelecida, primeiro, o cumprimento da pena de reclusão e, posteriormente, a de detenção.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, confira-se o que consignou o Tribunal de origem ao negar provimento ao agravo em execução do paciente (e-STJ fls. 13-14):

Embora não desconheça os argumentos suscitados pela defesa, entendo, contudo, que a r. Decisão agravada não merece reparos.

Inicialmente, registro que o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do RHC nº 118626, já se manifestou quanto a matéria em apreço, ao entender que o art. 111 da Lei de Execução Penal estabelece que, em condenação por

mais de um crime, para a determinação do regime de cumprimento considera-se o resultado da soma ou unificação das penas, independentemente de serem de detenção ou reclusão (RHC 118626/MS, Relatora: Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, Julgado em: 26/11/2013).

Não é outro, aliás, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça que, em recentes julgados, se manifestou no seguinte sentido:

(...)

Na mesma toada, este eg. Tribunal de Justiça, ao julgar casos semelhantes, tem sido pacífico no sentido de ser possível a soma das penas de detenção e reclusão em sede de execução penal, uma vez que ambas são da mesma espécie, qual seja, privativas de liberdade, vejamos:

(...)

Assim, considerando o exposto, uma vez que a r. Decisão agravada encontra-se de acordo com o entendimento adotado pelos Tribunais Superiores, entendo que esta não merece reparos.

No mais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência